



J. N.

**Reunião ordinária** – Ata n.º 22/2015

**Data** 2015-10-26

**Início** 14.35 horas

**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo:** 16.20 horas

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião** – Avelina Maria Lopes Leal

-----  
**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:**-----

**APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE 31-08-2015 E 14-09-2015**-----

**BALANCETE**-----

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 01 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NO ATO DE VENDA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE FRAÇÃO DO LOTE 19 DA ZONA HABITACIONAL DA NABÂNCIA (7474/ENTE/DAJA/2015)**-----

**INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 02 – RELATÓRIO DA PARCERIA PARA O PROJETO WAKEBOARD E CAMPEONATO MUNDIAL (1/RELA/PR/2015)**-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:**-----

**N.º 03 – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA COBERTURA DA IGREJA DO CEMITÉRIO DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS - Receção provisória (7482/ENTE/DAJA/2015 - 125/CONPUB/DOM/2013)**-----



- N.º 04 – EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NA RUA DO PÉ DA COSTA DE CIMA/BAIXO - Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (22/ESPP/EPH/2015)-----**
- N.º 05 – EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NA RUA DE GIL AVÔ - Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (21/ESPP/EPH/2015) -----**
- N.º 06 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE SABACHEIRA (7356/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----**
- N.º 07 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA E SANTA MARIA DOS OLIVAIS (7492/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013) DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 08 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA RUA JOÃO OLIVEIRA CASQUILHO, N.º 41, 1.º ANDAR DIREITO FRENTE – Helena Cristina de Oliveira Gaspar Rodrigues (89/PEDI/DGT/2015 - 589/EDIF/DOGT/2013) -----**
- N.º 09 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Pavilhão multiusos – prorrogação do prazo e isenção de taxas – Proc.º 10/2014 (70/PROR/DGT/2015 - 10/EDIF/DGT/2014)---**
- N.º 10 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 570/2003 (281/PGEN/DGT/2015 - 594/EDIF/DGT/2014) -----**
- N.º 11 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 1550/2001 (282/PGEN/DGT/2015 - 199/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 12 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL - Declaração de Caducidade – Proc.º 1305/2001 (283/PGEN/DGT/2015 - 101/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 13 – COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO PARA INDÚSTRIA TIPO 2 – Declaração de Caducidade – Proc.º 1879/2013 (180/JUEL/DGT/2015 - 1879/EDIF/DOGT/2013)-----**
- N.º 14 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO - Declaração de Caducidade – Proc.º 761/2006 (86/RJUE/DGT/2015 - 255/DIVER/DOGT/2013) -----**
- N.º 15 – LICENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E COMUNICAÇÃO PRÉVIA – Declaração de Caducidade – Proc.º 381/2010 (285/PGEN/DGT/2015 - 975/EDIF/DOGT/2013) -----**
- N.º 16 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 489/2009 (284/PGEN/DGT/2015 - 1829/EDIF/DOGT/2013) -----**



9

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**

**N.º 17 – ACIDENTES RODOVIÁRIOS OCORRIDOS EM AGOSTO E SETEMBRO DE 2015 NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO DE TOMAR (7660/ENTE/DAJA/2015 - 1/ESCAMU/DOM/2013)-----**

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**

**N.º 18 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO EM ATIVIDADES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO 2015/2016 (12/ESPP/UISE/2015 - 3/ATIVID/DEAS/2013)-----**

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----**

**N.º 19 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Associação de Patinagem do Ribatejo (7159/ENTE/DAJA/2015 - 1/CEDESP/UDJ/2014) ----**

**N.º 20 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Associação de Saúde Mental do Médio Tejo (7242/ENTE/DAJA/2015 - 1/CEDESP/UDJ/2014) -----**

**N.º 21 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL – Estabelecimento Prisional Militar de Tomar (7573/ENTE/DAJA/2015 - 9/CEDESP/UDJ/2014) -----**

**N.º 22 – ESTÁGIO NACIONAL DE KRAV MAGA (7471/ENTE/DAJA/2015 - 2/APOIOS/UDJ/2014) -----**

**EXPEDIENTE:-----**

**N.º 23 – TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS (TGR) – Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro (7697/ENTE/DAJA/2015 - 3/ENTEXT/PR/2013) -----**

**N.º 24 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DO CENTRO/ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO (5863/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013) -----**

**N.º 25 – PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO COMBOIO TURÍSTICO – Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria (7122/ENTE/DAJA/2015 - 6/ATIVID/DEAS/2013) -----**

**Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----**

**A Sra. Presidente** começou por recordar que, na semana passada, participou na conferência sobre as Smart Cities, realizada em Israel, onde apresentou o produto smarter fest, desenvolvido em Tomar, marca que já se encontra registada, e partilhou a referida apresentação em vídeo. Informou ainda um power point mais técnico, tendo ambos os suportes sido trabalhados e produzidos pela IBM e pelo CENIT. Deu conhecimento de



*[Handwritten signature]*

que, na sequência das reuniões que ocorreram em França, de três a seis de novembro, vai estar presente em Tomar uma delegação de Troyes, a qual já esteve com os nossos parceiros espanhóis de Ponferrada e Monzón e vem agora reunir a Tomar para iniciar a candidatura ao programa SUDOE no âmbito da Rede Europeia de Cidades Templárias. -----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** disse que já aludiu a este projeto em reunião anterior mas quer ilustrar os instrumentos com que estamos a trabalhar no âmbito do projeto Mosteiros Património da Humanidade, envolvendo os municípios de Tomar, Alcobaça e Batalha, e que, para já numa fase experimental, pretende proporcionar às crianças dos três concelhos, ao longo do ano letivo, um conjunto de atividades nestes três monumentos. Informou que a visita a estes monumentos integra o currículo do quarto ano do primeiro ciclo e será guiada de forma a coadunar os respetivos conteúdos e atividades com o currículo da disciplina de Estudo do Meio. Disse que para tornar essas visitas mais interessantes e deixarem memória, cada município preparou uma pequena lembrança que os miúdos possam levar para casa, mostrando o "passaporte" onde vão registar a visita a cada um dos locais e a lembrança que receberão no Convento de Cristo, uma planificação com pequena informação sobre os Templários que, depois de montada, se apresenta como um cubo. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** apresentou um voto de pesar pelo falecimento, a vinte e três de outubro, de José Nunes Vicente Hilário, que exerceu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia da Serra, ao qual todo o Executivo se associou.-----

**VOTO DE PESAR:**-----

O Executivo Municipal tomou conhecimento do falecimento, no passado dia 23 de outubro, de José Nunes Vicente Hilário, antigo Presidente da Junta de Freguesia da Serra, Concelho de Tomar.-----

Tomar e em especial a freguesia da Serra ficou mais pobre com falecimento de José Hilário que foi sempre tido como uma pessoa interessada e defensor dos interesses da população.-----

José Hilário foi presidente da junta entre os anos de 1983 e 1994, eleito pela AD e PSD, cargo que desempenhou com grande dedicação, determinação e bondade, como podem atestar todos aqueles que com ele trabalharam e conviveram. -----

A sua morte deixou-nos tristes, mas ao mesmo tempo gratos pelo muito que fez, em especial enquanto autarca. -----

José Hilário será sempre recordado como um digno e ilustre autarca, um democrata, um grande amigo, um político íntegro e respeitado.-----

A Câmara Municipal de Tomar lamenta profundamente a perda do Sr. José Hilário. -----



*g. /*

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara Municipal de Tomar delibera aprovar um voto de sentido pesar pelo falecimento de José Nunes Vicente Hilário, antigo Presidente da Junta de Freguesia da Serra, e expressar condolências a toda a sua família e amigos. -----  
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** começou por se referir à visita a Israel e ao pequeno vídeo aqui exibido, perguntando se há alguma razão para não aparecer, enquadrado na IBM e na Festa dos Tabuleiros, o nosso património histórico e monumental - como seja o caso do Convento de Cristo e das inúmeras igrejas - e o património natural - como o rio Nabão e a albufeira do Castelo do Bode - pois, no seu entender, este enquadramento teria todo o interesse. Perguntou ainda à Sra. Presidente se fez algum contato com uma cidade que está há muito geminada com Tomar e que, devido à distância, tem sido quase constantemente ignorada, quer por nós quer por Hadera, se não pensou ou não teve hipótese de aproveitar esta deslocação para estabelecer contato porque ou se dá alguma vivacidade à geminação ou tende a esgotar-se.-----

**A Sra. Presidente** informou que a conferência era muito direcionada para as smart cities e o vídeo não teve qualquer intervenção do Município pois já tinha sido produzido há algum tempo, logo após a Festa dos Tabuleiros, para apresentação no grupo IBM, tendo sido solicitada autorização para o utilizar neste âmbito. No entanto, disse, tinha que se cingir ao tema da aplicação desenvolvida, objeto da outra parte da apresentação, mais técnica, que aqui não passou. Referiu que o convite para ir a Israel veio do Ministério dos Negócios Estrangeiros israelita, através da Sra. Embaixadora em Portugal, e a segurança foi de tal forma apertada que não lhe foi possível andar a pé ou fazer contatos com as outras cidades. No que se refere a Hadera, não estava convidada para um almoço em que estiveram presentes presidentes de câmara israelitas, judeus e muçulmanos, realizado a cerca de cinquenta quilómetros de Hadera, e, a seu pedido, foi estabelecido contato mas, por ter sido feito em cima da hora, o Presidente da Câmara não pode comparecer. Informou que houve troca de contatos no sentido de enviarmos alguma documentação e ficou o convite para poderem vir a Tomar, até porque, no passado, o Município de Tomar se deslocou a Hadera. Disse que não houve muita liberdade para fugir ao esquema programado para o evento e que regressou a Portugal antes do seu final. Referiu que o único orador estrangeiro foi a Câmara de Tomar e que tal se deveu essencialmente ao trabalho da Sra. Embaixadora de Israel junto do MNE, sendo os restantes oradores israelitas, ligados a centros de incubação de empresas da área das novas tecnologias e à cidade universitária de Haifa, ligada também a esta área e próxima de Hadera.-----



*J. M.*

**O Sr. Vereador João Tenreiro** perguntou se ainda existe alguma geminação com Hadera porque nunca mais se ouviu nada sobre isso e pensa que foi a primeira cidade com que Tomar se geminou, seguindo-se-lhe Vincennes, a mais anunciada e objeto de um maior número de atividades. Disse que, consultando a Wikipédia, se verifica que Hadera está geminada com Charlotte, Carolina do Norte, EUA; Haren, Groninga, Países Baixos; Nuremberga, Alemanha; e Saint Paul, Minnesota, EUA. Perguntou se a Sra. Presidente chegou a falar com o Mayor de Hadera e se ele terá conhecimento desta geminação que não é falada há muitos anos. -----

**A Sra. Presidente** disse que, segundo julga saber, a geminação aconteceu no mandato do Dr. Murta e que chegou a falar com o Presidente de Hadera ao telefone, que tem conhecimento da geminação, porque já é presidente há alguns anos, mas pensava que já não existia dado que as relações entre as cidades deixaram de estar ativas. Disse que não é do seu conhecimento que tenha sido deliberado revogar esta geminação e deu início aos contatos com Hadera, endereçando o convite para se deslocar a Tomar, até para se ver que atividades poderão ser promovidas em conjunto, apesar de realmente a distância não ser tão favorável como França.

**O Sr. Vereador João Tenreiro** referiu que, de acordo com a lei, é de vinte dias o prazo para resposta aos requerimentos que a oposição apresenta, um prazo que considera razoável porque não estão a tempo inteiro e há assuntos que devem saber. Tem noção de que há requerimentos que, pela complexidade da resposta e volume de trabalho, exigirão mais do que vinte dias e não são tão rigorosos, acham normal que demorem trinta a sessenta dias para responder. Não podem é permitir que, quase há um ano, neste caso como noutros, não tenham resposta a requerimentos simples, de resposta direta, até para haver transparência na atividade da Câmara. Recordou que, aquando da visita a Troyes, foi noticiado que uma delegação de cinco pessoas, chefiada pelo Vereador Hugo Cristóvão, incluindo representantes da Festa Templária e da Associação Templ'Anima, no seguimento de trabalho preparatório realizado em dois mil e doze, aquando da realização em Troyes de um importante congresso sobre os Templários, tendo os vereadores do PSD apresentado um requerimento, a dez de novembro de dois mil e catorze, onde questionaram quais os critérios que estiveram na origem da escolha da Associação Templ'Anima (há várias associações templárias e importa saber porquê esta, não está em causa a associação e as pessoas que estão à sua frente mas sim o porquê de ser esta; ainda hoje não sabem apesar de alguém da associação, com base neste requerimento que apresentaram à Sra. Presidente ter dado uma resposta num jornal, não assinada); se foram contactadas outras Associações da mesma natureza; qual o custo discriminado dessa mesma viagem; e quais os contactos que a Câmara Municipal fez com a



referida associação e contributos que até agora a mesma deu, no sentido de merecer a confiança da governação PS/CDU, no sentido de colaborar e participar neste projeto, com custos para a autarquia. Perguntou porque é que, até hoje, não tiveram resposta se são perguntas tão simples e diretas pois já nem fala no requerimento que apresentaram relativamente ao concurso da mobilidade que está a decorrer porque é um requerimento técnico, apresentado a vinte e oito de setembro, e podem entender que sessenta dias será um prazo razoável para obter resposta. No caso da deslocação a Troyes pode levantar suspeitas porque é que não respondem a perguntas tão simples, e veem depois a informação que é prestada sobre a apresentação em Israel e sobre a visita da delegação de Troyes mas continuam sem saber o que se passa. Referiu que os vereadores do PSD têm perguntado para quando se prevê a abertura do Mercado e foram confrontados com uma notícia exclusiva da radio Hertz que dá conta que vai abrir no final do ano ou no princípio de 2016. Sublinhou que, primeiro, a Sra. Presidente se comprometeu com o dia vinte cinco de abril de dois mil e catorze, prazo largamente ultrapassado, apesar de os vereadores terem feito várias perguntas nunca se quis comprometer com uma data, se calhar para não cometer o erro que cometeu antes de anunciar uma inauguração falhada, pelo que gostariam de saber se é ou não verdade esta notícia, se o Mercado vai ou não abrir no final deste ano, princípio do ano que vem.-----

**A Sra. Presidente** referiu que, cada vez que uma delegação do Município sai é reportado aos Srs. Vereadores na reunião seguinte aquilo que foi fazer e quem a integrou, como aliás ocorreu hoje relativamente à sua deslocação a Israel. Disse que ou pretendemos fazer parcerias e ter dimensão para além da dimensão nacional, e deixamos de pensar fechado, de pensar pouco, ou não vamos a lado nenhum. Disse que estão em causa contatos com entidades externas e já foi explicado que tentam fazer uma candidatura transnacional, diretamente a Bruxelas, conjunta com localidades espanholas e francesas, e, apesar de, hoje em dia, poderem trabalhar à distância, recorrendo às novas tecnologias, nomeadamente através do Skype, há coisas para que têm que se juntar. Quanto ao facto dessa associação ter integrado a delegação, salientou que, tal como o Sr. Vereador disse, e bem, retomaram os contatos encetados em dois mil e doze, altura em que não tinham funções governativas, já tinham rompido a coligação, e julga saber que foi essa associação que abriu as portas em Troyes. No que se refere ao Mercado, disse que responde como sempre respondeu, ou seja que o Mercado abre quando estiver pronto. Referiu que a junta urbana pediu para visitar o mercado e viu a fase avançada em que se encontram as obras, reafirmando que o Mercado abre logo que as obras estejam concluídas.-----



**O Sr. Vereador João Tenreiro** disse que não está em causa que queiram trabalhar e fazer esses contatos, nem estão contra isso, recordando que, muitas vezes, aqui disseram que o Plano de Desenvolvimento Estratégico de Tomar, que não foi feito, e até o PEDU, que está a ser elaborado, poderia ter um maior contributo dos sete eleitos e não tem, pelo menos ao PSD nunca foi pedido nada sobre o PEDU, e há muito tempo que andam a batalhar e a alertar que devem ter em conta as oportunidades do programa Portugal 2020. Disse que não têm nada contra uma delegação ir a Troyes fazer algo em prol da atividade do Município, antes pelo contrário, mas, enquanto oposição, têm o direito de saber porquê esta associação, não tendo nada contra ela, antes pelo contrário. Recordou que foi um trabalho preparatório realizado em dois mil e doze, aquando do congresso dos Templários, mas vinha de trás, quando o PS estava coligado na governação da altura e tinha a pasta da cultura e do turismo. Disse que é um estatuto que têm e que a resposta lhes deve ser dada. Confirmou que lhes foi dado o relatório a posteriori dessa visita a Troyes mas que é bom que a Sra. Presidente se lembre que, na altura, tiveram conhecimento dela pela comunicação social. No que se refere à informação de que o Mercado abre quando as obras estiverem concluídas quer saber se a Sra. Presidente desmente a notícia da Radio Hertz.-----

**A Sra. Presidente** respondeu que não viu nenhuma notícia e que terá que ser questionada a Radio Hertz sobre as suas fontes. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** salientou que um dos direitos de ouro dos jornalistas é proteger as fontes, para que o jornalismo não fique beliscado, e leu a notícia Rádio Hertz online que dá conta de que, ao que tudo indica, o edifício do Mercado Municipal de Tomar irá abrir ao público antes do final deste ano ou, no máximo, dentro da primeira quinzena de janeiro, e que, por aquilo que a redação apurou, durante esta semana, será feita a certificação elétrica. Perguntou se a certificação foi feita. -----

**A Sra. Presidente** reafirmou que o Mercado abrirá quando as obras estiverem concluídas, e informou que há obras a decorrer no exterior, visíveis para toda a gente, a parte elétrica decorreu no exterior e é visível para todos que já está concluída, mas as obras não se esgotam aí. Disse que não confirma nem desmente o que quer que seja da notícia e acha muito mal estarem numa reunião de Câmara a comentar notícias da comunicação social. Disse que o Sr. Vereador tem todo o direito de questionar quando é que abre o Mercado e que responde, como sempre respondeu, que abrirá quando as obras estiverem concluídas. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** referiu que é uma realidade que só tiveram informação da visita a Troyes após ela ter acontecido, para além de que as informações que vêm sobre estas



matérias, que são de relevo (daí o envolvimento e custos que têm), deviam ser escritas. Disse que não quer levantar mal entendidos sobre o assunto mas não percebe porque é que não têm essa informação antecipadamente porque, se há uma visita, sabem quem vem, o que fazem, que reuniões se realizam, a informação podia e devia ser prestada antecipadamente. Por outro lado, se as reuniões são fechadas são para quem a Sra. Presidente mandata e está mandatado para tal, e deviam ser informados qual é o papel das entidades externas ao Município, porque é que têm relevância, ou não, nestes contatos e nas negociações que possa haver para estabelecer o tal programa transnacional. Disse que era isto que devia acontecer e deu razão ao Vereador João Tenreiro. Como achega, deu conta de que o Eng.º Paiva quando chegou ignorou tudo o que estava para trás – o que acha um erro que qualquer um faça – mas se procurarem nos arquivos encontrarão um DVD sobre a Rota dos Descobrimentos, corolário de um trabalho feito com a colaboração do Dr. Manuel Guimarães, que contém muita informação que poderá interessar. No que se refere ao Mercado Municipal, disse que há três situações diferentes em análise. Por um lado, a questão essencialmente política que tem a ver com os compromissos que assumiram com a população, ou seja o mercado era uma coisa quase imediata - até se criticava o executivo anterior por estar há tanto tempo para responder a essa necessidade - e aqui tinha que fazer agora as críticas que fez no mandato anterior porque nunca houve projeto, ou houve muitos, pois sabem que, na parte elétrica, houve projetos com fatura, fez-se assim num dia e assado noutra. Disse que, por outro lado, a Sra. Presidente, que tem responsabilidade política nesta matéria, deve ter o mesmo critério para todos quantos visitam as obras. Lembrou que, quando lá foram, os IpT foram criticados a atacados por não terem usado capacete. Agora, a Junta de Freguesia foi lá e não se viu ninguém com capacetes, não estava lá nenhuma indicação para usar capacete, e não viu nenhuma referência ou puxão de orelhas da Sra. Presidente ao Presidente da Junta de Freguesia urbana por terem lá ido sem usar capacetes e, se a visita foi autorizada, os serviços falharam. Disse que quem tem responsabilidades diretas tem que ser muito sincero e equidistante nestas situações, a não ser que seja de uma maneira para uns e de outra maneira para outros, que haja uma discriminação negativa. Referiu que estão passados mais de dois anos desde que tomaram posse e a questão do Mercado, que era tão premente e foi tão falada, está quase na mesma, porque não abriu, com prejuízo para os comerciantes, e a questão do Flecheiro, que era algo premente, continua também na mesma, ou então não têm informação do que se passa. Sublinhou que se chega sempre ao mesmo ponto e, depois, percebe que, às vezes, possa ser mal-entendido naquilo que diz, mas, quando fala em transparência, é neste tipo de processos,



*[Handwritten signature]*

quando não se diz alguma coisa, porque se quer esconder ou por outra razão qualquer, a transparência não está a acontecer e está-se a ignorar quem tem legitimidade para estar neste lugar, em defesa dos interesses do concelho e da população e, se são ignorados, a responsabilidade é da Sra. Presidente – é este o seu entendimento e, se estiver enganado, agradece que lho diga – porque não são informados atempadamente de todas as situações, muitas vezes é quase a saca-rolhas que vão conseguindo as informações. Recordou que, no último dia, questionou sobre a questão dos comerciantes terem que ter bancas diferenciadas para vender produtos diferentes e até agora não teve resposta. Não sabe se nesta matéria tem que questionar diretamente o Vereador Bruno Graça porque ele já disse, mais do uma vez, que o Mercado é com ele mas as obras não são, percebe que diga que a responsabilidade de estar para abrir não é sua, mas gostava que alguém desse resposta. Disse que acha muito bem que a encosta tenha sido arranjada mas surpreendeu-o ver a utilização dos pneus, entende que não será uma situação ecológica muito clara, e perguntou porquê esta opção. De seguida, voltando à questão dos investimentos, disse que quer deixar claro que os IpT não são contra nenhum investimento para Tomar, antes pelo contrário, e, no passado, deram provas disso, e é inaceitável que mais alguém venha falar nesse tom em relação aos IpT pois o que os preocupa é que os investimentos efetivamente acautelem todas as situações, nomeadamente, como falou em relação ao último investimento que aqui foi abordado, questões de segurança, quer para munícipes que ali circulem a pé quer para a circulação rodoviária. Tendo em conta que foi aqui falado que havia outros investimentos que estavam para acontecer, salientou que essa informação deve ser dada ao Executivo Municipal, assegurando que respeitará a eventual natureza confidencial dessa informação que chegar. Reafirmou que, em seu entender, é inaceitável que qualquer investimento seja analisado tecnicamente antes de haver uma decisão política do Executivo Municipal, investimento que deve fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento económico, que não sabe se existe, e ter o aval político antes do aval técnico. Disse que passar à frente do Executivo Municipal é quase dizer que são os pareceres técnicos que contam e têm que seguir este caminho, e, na sua opinião, é inaceitável que assim seja pois a questão técnica sucede à decisão política. No que se refere à resposta aos requerimentos, disse que entende as dificuldades que possam existir mas lembra-se de, há umas reuniões atrás, a Sra. Presidente ter colocado a questão de ser ou não legal transmitir dados pessoais do seu gabinete, dos vereadores ou seja de quem for. Perguntou se a Sra. Presidente já tem ou não a decisão tomada e se para o efeito pediu parecer ou informação interna, porque é importante saber, para depois avaliar quais são os fundamentos para a



9. M

resposta não ser dada, se são dados que não podem ser transmitidos por serem pessoais ou não, e, podendo ser transmitidos porque é que não são fornecidos os elementos pedidos, nomeadamente sobre o seu Gabinete. -----

**A Sra. Presidente** começou por se referir à visita ao Mercado porque, se calhar, a informação não terá sido bem transmitida ao Sr. Vereador, e informou que a autorização para a visita da Junta de Freguesia urbana foi solicitada por escrito e foi concedida. Disse que esta visita foi acompanhada pelo vereador Bruno e pelo Diretor do Departamento de Obras Municipais, tendo sido explicado no local porque é que, naquela altura, não era necessário o uso de capacetes e botas de biqueira de aço, porque as obras que decorriam, com exceção de uma parte, não envolviam trabalhos em altura e não colocavam as pessoas em risco, pelo menos foi isso que lhe foi explicado pelo referido dirigente, quando abordou as questões de segurança inerentes à autorização solicitada, e julga ter sido também explicado à delegação que visitou as obras. Saliu que era desejo de todos que o Mercado já estivesse aberto e referiu que, quando iniciaram funções, apenas uma parte do Mercado estava a ser intervencionada e foi alargada a área de intervenção - só na antiga zona destinada a venda de peixe não vai haver intervenção, se bem que esteja sujeito a obra e fique preparado para o uso que lhe quiserem vir a dar futuro, assumem que a dimensão da obra é superior à que encontraram. Também entendem que devia ter sido feito projeto mas, pesando aquilo que seria lançar o concurso para fazer um projeto ou continuar as obras e aumentar a sua extensão optaram pela segunda opção. Reforçou que a ASAE já esteve no local no sentido de avaliar o que está a decorrer para não virem a abrir o Mercado e aquela entidade vir dizer que há coisas menos corretas. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** referiu que as obras do Mercado não são da sua competência, mas a parte política é e acompanhou a referida visita, estando a parte técnica a cargo do Diretor do Departamento de Obras Municipais que fez as referências que a Sra. Presidente aqui disse e prestou as informações que foram solicitadas. Disse que se reserva para o dia após a reabertura do Mercado para dizer tudo o que tem a dizer sobre o assunto, até lá deixa a política tomarense falar e deixa correr o marfim. Quando as coisas estiverem prontas, pessoalmente, como vereador, e principalmente como cidadão de Tomar, dirá tudo o que tem a dizer sobre este percurso de vários anos - não apenas dois - de Mercado Municipal. No que se refere à questão da encosta, disse que a solução foi apresentada pelos técnicos como sendo uma boa opção, mesmo em termos ecológicos, porque os custos são quase nulos e promove-se o aproveitamento e reciclagem de materiais. Informou que os trabalhos decorrem dentro



*g. A*

das possibilidades que o Município vai tendo, quer de trabalhadores, quer de custos, esperando que não haja atrasos face à reabertura do Mercado. -----

**A Sra. Presidente** informou que a solução dos pneus vai ser adotada noutras intervenções, nomeadamente no talude das traseiras da Raúl Lopes, que apresenta problemas de sustentabilidade e os pneus vão ser utilizados para segurar as terras. Relativamente à questão dos requerimentos, informou que há um parecer jurídico e que os elementos vão ser fornecidos de acordo com esse parecer, que acompanhará a informação que for possível tornar pública.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que não conhece o parecer mas, para depois não haver surpresas, quer deixar claro que já consultou Acórdãos do Supremo sobre essa matéria e não tem dúvidas de que tudo o que solicitou é possível, e obrigatório, ser fornecido. Relativamente à questão dos pneus disse que há outras soluções e é uma surpresa verificar que nos remetemos para esta opção, lamentando que tal aconteça numa cidade como Tomar. Sobre o uso de capacete nas visitas ao Mercado, disse que, aquando da visita dos IpT, também não andava nenhuma obra que obrigasse ao seu uso, e não era por acaso que nenhum trabalhador usava capacete naquele dia, nem os lá tinha para poder usar, considerando essa questão uma brincadeira de mau gosto. Disse que também estão à espera que o Mercado abra para depois falarem sobre a situação do Mercado e sobre o que tem sido andarmos com coisas fundamentais adiadas, revelando que se justifica o que disseram no passado, e veem que não vai mudar para melhor, que há uma falta de estratégia e de prioridades claras para que algo avance. Disse que é claro que a questão do Mercado é constantemente adiada porque não é prioridade, porque se o fosse já estaria resolvida, para além de que, em relação ao projeto é um mau exemplo que o Município está a dar aos municípios. Disse que, se não têm projeto para uma obra daquela dimensão, com os custos que está a ter (a proposta enviada pela Sra. Presidente indica mais cem mil euros para o Mercado), com as obras e com a tenda, é um descalabro em termos financeiros, que vindo do anterior mandato podia ter sido resolvido de forma diferente, e a espera de três meses para fazer um projeto teria permitido poupar tempo e dinheiro. -----

**A Sra. Presidente** remeteu para a altura própria a discussão da proposta de orçamento. -----

**O Sr. Vereador António Jorge** começou por referir que acabara de ouvir duas pessoas emitirem declarações de uma forma que não foi a melhor, não foram as mais felizes. Disse que não esperava ouvir da boca da Sra. Presidente que o Mercado abre quando estiver pronto, assim como não esperava ouvir do Eng.º Bruno que fala quando o Mercado abrir. Disse que os



vereadores do PSD são tolerantes e estão aqui numa atitude cooperativa, e, pessoalmente, não está aqui de outra forma, não tomou posse como membro deste órgão com outro objetivo, a sua missão é só uma, representar os munícipes. Disse que todos figuram o Município de Tomar e que as preocupações que aqui explana, muitas vezes em privado, às vezes são desabafos e ecos da população, e, nesta questão do Mercado, há pessoas que lhes fazem perguntas porque são consumidores, clientes ou comerciantes que têm lá a sua banca, que fazem disso o seu ganha-pão e o sustento das suas famílias, e não é de todo a resposta adequada. Salientou que quando assim respondem na reunião de Câmara a uma pergunta de um munícipe obviamente que fica constrangido e desiludido com tal resposta porque quem está lá fora quer ouvir mais, não quer ouvir que abre quando estiver pronto, quem está lá fora, vive e trabalha do Mercado, carece de outro tipo de respeito, bem como de uma atenção redobrada, porque sabem que a situação económica está má. Disse que se interroga o que é que faz estas pessoas virem das aldeias, com grandes dificuldades, algumas de táxi, outras de autocarro, vender o que por vezes produzem no seu quintal, para levar sustento, e, às vezes, nem levam porque gastam na farmácia antes de ir para casa. Considerou a resposta dada totalmente desadequada e sem rumo. Disse que, tendo em atenção que somos, e reconhecemos que somos, uma cidade com uma elevada atração turística, é chegada a hora de equacionarmos e repensarmos os serviços de higiene e limpeza do nosso concelho. Referiu que tem alertado e lembrado a situação da limpeza e que, no passado fim-de-semana, na madrugada de domingo, observaram a Praça da República minada de garrafas de vidro, e esse não foi o único fim-de-semana nem a primeira vez que isto aconteceu, porque, por vezes, estão a realizar-se casamentos na Igreja da nossa Praça e existe lixo pelo chão. Disse que alguns munícipes não têm sensibilidade para estas questões, provavelmente também fazem isso nas suas próprias casas, e merecem a sua crítica. Sugeriu a constituição de uma brigada de intervenção móvel em matéria de limpeza, mesmo que acarrete custos, que possa intervir em situações deste tipo, porque uma cidade com atração turística, numa praça do nosso Município visitada por centenas de pessoas por dia, não pode estar sujeita a tamanha sujidade. Referiu-se ao facto de alguns comerciantes que embelezam o espaço exterior dos seus estabelecimentos - o que lhe parece bem, pois também gostam de ver quando visitam outros concelhos - colocando vasos à porta, estarem sujeitos a custos de ocupação do espaço público. Disse que não se trata de esplanadas nem de danos patrimoniais para o espaço público e, nalguns casos, chegam a pagar mais de uma centena de euros por quatro vasos que têm colocados em frente do estabelecimento. Disse que é uma situação que tem que ser



*[Handwritten signature]*

revista e analisada pois os negócios, por si só, não estão bem e todos ficam contentes quando entram numa rua cuidada, com floreiras, e é por ali que passam quando recebem quem vem de fora. Por último, disse que esperava que a Sra. Presidente tivesse dado a palavra ao Sr. Vereador Bruno porque sendo ele o responsável pela Feira de Santa Iria, é seu hábito fazer um balanço do evento e não o fez. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse que a sua posição sobre a questão do Mercado tem a ver com a preocupação de muitos dos que muito falam por aí no Mercado, que não tem a ver com nenhuma preocupação sincera mas sim com politiquices, porque o problema existe e foi criado há muitos anos. Disse que fará essa história no momento certo pois agora só está focado em abrir o Mercado, nada mais lhe interessa, não o afeta todo o ruído à volta do assunto. Disse que já está idealizado um plano para começar a trabalhar com as pessoas no sentido de preparar a transferência, tudo isso está a ser trabalhado e vai decorrer como deve ser, com critério, serenidade, participação e diálogo. Disse que, para si, tudo o resto é ruído, interessa-lhe é criar condições para ajudar os seus companheiros de vereação a que as obras andem para a frente, sejam rapidamente concluídas, seja rapidamente preparada e concretizada a transferência, e se reabra o Mercado. Terminada essa missão, até pode apresentar a sua demissão de responsável dos mercados, e, aqui ou na rua, durante o tempo que for necessário, dirá tudo, falarão disso tudo, desde o tempo da tentativa política desesperada de fechar o mercado. Afirmou que, agora, só está focado e quer reabrir o Mercado, é isso que quer e será feito o mais breve possível. No que se refere à Feira de Santa Iria, disse que tinha combinado com a Sra. Presidente apresentar o balanço na próxima semana, se possível já com as contas, pois o evento só terminou ontem e há dados que ainda não possui. No seguimento das informações que tem vindo a prestar ao longo das reuniões, informou que: verificou-se um aumento razoável de feirantes; houve uma maior diversidade de atividades presentes; as condições climatéricas ofereceram muita chuva e vento que chegou e criaram algumas dificuldades no início da Feira, na parte elétrica, e com a entrada de água nalguns stands; não houve conflitos entre pessoas, contrariamente ao que aconteceu no ano passado; os proprietários dos divertimentos consideraram não ter necessidade de pagar à Polícia para ter segurança e não houve problemas de maior; particularmente nos divertimentos de adultos houve alguns divertimentos novos; apesar da chuva, os feirantes foram satisfeitos e do que conversou com os feirantes dos diferentes setores, ao longo do evento, a possibilidade de haver um novo desenho para o próximo ano tem pernas para andar e há adesão de vários setores para isso poder ser feito. Referiu que este ano foi de avaliação das mudanças do ano



Handwritten signature and initials in the top right corner.

passado e está a ser equacionado alterar o desenho dos carros, tratores, abrir portas para ter outro tipo de atividades na feira e tornar o certame cada vez mais ligado aos divertimentos e ao setor primário. Em termos financeiros, teve um significativo aumento das receitas, talvez na ordem dos vinte cinco por cento, e as despesas devem manter-se ao nível do ano passado, o que significa que desta edição pode ter resultado um saldo positivo na ordem dos quinze mil euros. Referiu que conseguida esta estabilização e esta sustentação para o evento, agora é tempo de passar para outro tipo de objetivos, reduzir os lucros e investir na qualidade da feira, e é isso que irá começar a fazer a partir de amanhã. -----

**A Sra. Presidente** lembrou que o regulamento de taxas administrativas e urbanísticas em vigor foi aprovado no anterior mandato e que, recentemente, foi constituída uma equipa, e definidos timings, para apresentação de uma proposta de revisão desse regulamento. Referiu que a questão da limpeza é recorrente aos domingos e temos uma brigada móvel para intervir mas as pessoas que a integram estavam a trabalhar na Feira de Santa Iria naquele fim-de-semana e não asseguraram esta limpeza. Saliu que, para além de ações de sensibilização, têm que criar condições para que as pessoas possam depositar o lixo e estão a equacionar reforçar os contentores na Praça da República ao fim-de-semana. De qualquer das formas, a Praça e os Paços do Concelho precisam sempre de ser limpos e há que ver como é que as coisas podem correr melhor porque é, sem dúvida, uma situação que os deve preocupar a todos.-----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** referiu que ouviu hoje falar, e muito bem, sobre as questões de acessibilidade a investimentos mas ao Mercado foi retirada a pouca acessibilidade que tinha. --

**O Sr. Vereador António Jorge** disse que, se a tiraram não vê porque não recolocá-la. Disse que, dentro das suas capacidades, os que por cá passaram fizeram o seu melhor, e não condenando a obra feita, estando cá outros agentes, a obra não deve parar e devem continuar a bem de todos. -----

**A Sr. Presidente** disse que temos que continuar a obra do Mercado a bem de todos, quer comerciantes quer compradores, e que a abertura daquele espaço não se esgota com a conclusão da obra. Referiu que concorda inteiramente que quem cá esteve fez o melhor que sabia e podia, dependendo da direção em que queriam ir, e acha que não devem continuar uma obra que vai numa direção diferente daquela que querem. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que meias palavras não resolvem nada, que a falta de dinheiro tem a ver com prioridades e o que é prioritário é prioritário. Saliu que, se era tão prioritário a meia palavra que acabou de ser dita das acessibilidades – todos sabem do que



estão a falar mas é pena não concretizar porque, se houvesse projeto, esse problema ia estar resolvido mas continuamos a fazer as coisas em cima do joelho. Disse ao Vereador Bruno que não percebe muito bem como é que a responsabilidade política é sua mas as obras não, parecendo que o funcionamento do mercado é do Vereador e a obra é do resto do executivo, Disse que não o admira nada essa posição porreirinha, se corre mal é com os outros, se corre bem é comigo e correr bem é por aquilo a funcionar quando estiver pronto. Disse que qualquer um fala depois das coisas feitas agora falar antes e dizer que, claramente, isto da acessibilidade acontece porque não há projeto, porque todos sabem que a ponte do Flecheiro foi feita em local errado, a acessibilidade para os carros saírem ficou manietada porque a acessibilidade por baixo da ponte, a saída via Santa Maria, não foi feita – e todos sabem porquê – mas se era tão necessária para o Mercado, e pensa que sim, devia ter sido equacionado. Disse que não vale a pena ignorar isto porque, quer se queira quer não, no mandato anterior, a responsabilidade disto foi da coligação que houve, porque nunca funcionou como equipa, atuaram completamente separados, ou seja um bocado na ótica do que aqui disse o Vereador Bruno Graça, o que é comigo é comigo, o resto é com os outros e isso não pode ser. Disse que é esse o grande problema de qualquer executivo, as pessoas não se empenham todas no mesmo sentido, não definem concretamente os objetivos e, depois, para uns é uma coisa e para outros outra. Referiu que ainda há pouco o Vereador Bruno aqui disse que até se pode ir embora, até pode pedir a demissão, e, há quatro anos, aconteceu o mesmo, a meio do mandato uns saíram e outros ficaram. Disse que, quando as coisas azedam é sempre o que acontece e quem fica com a responsabilidade nesse caso é a Presidente. No que se refere à limpeza, disse que devia haver fiscalização e ter em atenção que, se alguém está de baixa médica o respetivo cantão de limpeza não pode ficar eternamente sem limpeza e tem que haver rotatividade, tem que haver alguém a fazer essa gestão e a tentar resolver as situações para que não seja sempre o mesmo sítio a ficar sem limpeza. Disse que não pretende apontar o dedo a ninguém apenas está a dizer que, às vezes, as coisas podiam ter outro tipo de rendimento, como vê quem anda por aí. -----

**A Sra. Presidente** referiu que não vale a pena estar a criar situações porque o Vereador Bruno não tem o pelouro das obras, que é do Vereador Rui Serrano, mas tem acompanhado e nada é feito sem que haja acompanhamento dos dois setores e com reporte a si. Percebe que tenham pegado nas declarações que foram feitas mas nunca esteve em causa tratar da questão das acessibilidades. Disse que o enfoque era, e é, o edifício do Mercado, e a questão da envolvente entrará a seguir, tendo que ser estudadas as acessibilidades, a quota de cheia,



os estudos hidrológicos, etc..., porque é um espaço nobre e todos concordam que é de manter ali um espaço de vivência. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que a Sra. Presidente se esqueceu de referir alguém que teve o pelouro daquelas obras, o Presidente da Junta de Freguesia Augusto de Barros, e que não vale a pena ignorar isto porque ele próprio disse que andava lá pessoal dele, dava instruções e, muitas vezes, era faz e desfaz. Disse que não tinha a menor dúvida que, se houvesse projeto tinham poupado tempo e dinheiro e o concelho tinha ganho com isso, pois a obra teve muita gente envolvida e não havia uma estratégia clara, todos sabem quantos projetos de eletricidade houve para ali, até porque as pessoas que lá andam desesperam também com esta situação de andar para trás e para a frente. Concordou que é de pôr aquilo pronto mas para funcionar como deve ser porque, por exemplo, à quinta-feira, custa ver que os carros para entrar chegam à Torres Pinheiro, e isso não beneficia ninguém, e, sendo uma questão de acessibilidade é também uma questão de organização. Se calhar, abrindo mais cedo a situação era diferente.-----

**A Sra. Presidente** disse que têm que se focar na resolução do problema sem deixar de fazer a devida análise para corrigir em situações futuras.-----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas nos dias trinta e um de agosto e catorze de setembro de dois mil e quinze, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal.--**

**A ata da reunião de trinta e um de agosto de dois mil e quinze foi aprovada por unanimidade. -----**

**A ata da reunião de catorze de setembro de dois mil e quinze foi aprovada por unanimidade, não tendo o Sr. Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro participado na votação por não ter estado presente na referida reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----**

**Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:**  
**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e quinze, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil trezentos e dezassete euros e noventa e dois cêntimos (2.458.317,92€) em Operações Orçamentais, e



*g* *M*

duzentos e nove mil duzentos e sessenta e oito euros e oito cêntimos (209.268,08€) em Operações Não Orçamentais. -----

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 01 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NO ATO DE VENDA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE FRAÇÃO DO LOTE 19 DA ZONA HABITACIONAL DA NABÂNCIA -----**

Foi presente a proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal o exercício do direito de preferência relativamente ao direito de superfície da fração autónoma identificada pela letra F, correspondente ao segundo andar direito do prédio urbano sito no lote 19 da zona habitacional da Nabância, em Palhavã, atualmente designado por Rua Engenheiro Bourdain, n.º 5, 2.º andar direito, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1038, afeto ao regime de propriedade horizontal, e inscrita na matriz sob o artigo 3509-F, no seguimento da notificação da Instância Local de Tomar da Comarca de Santarém, no âmbito do processo 310/15.2T8TMR, em que é requerente Fernando Simões e requerido Maria Manuela Pereira Ferreira Gaspar. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência relativamente ao direito de superfície da fração supra identificada, nos termos propostos, e informar o Tribunal de que esta deliberação se esgota com a abertura de propostas a realizar no dia 18 de novembro de 2015, no âmbito do processo 310/15.2T8TMR, devendo o Município de Tomar, na qualidade de preferente, ser questionado no âmbito de qualquer outro ato relativo aquela fração. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 02 - RELATÓRIO DA PARCERIA PARA O PROJETO WAKEBOARD E CAMPEONATO MUNDIAL-----**

Foi presente, para conhecimento, informação da Sra. Presidente referente à parceria entre os Municípios de Tomar, Abrantes, Sertã, Ferreira do Zêzere e Vila de Rei, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Turismo do Centro, no âmbito do Projeto Wakeboard e Campeonato Mundial, realizado entre 16 e 19 de setembro de 2015, na albufeira do Castelo do Bode, e aos apoios logísticos prestados, no valor de 1.334,13€. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:**-----

**N.º 03 - EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA COBERTURA DA IGREJA DO CEMITÉRIO DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS - Receção provisória-----**



g/ 12

Foi presente a informação n.º 6121/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para receção provisória da obra de remodelação da cobertura da Igreja do Cemitério de Santa Maria dos Olivais, adjudicada a COPI – Construções Civas, Obras Públicas e Industriais, Lda, conforme contrato celebrado a 6 de abril de 2015, o qual conclui que a obra se encontra em condições de ser recebida provisoriamente.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria de 16 de outubro de 2015 e receber provisoriamente a obra de remodelação da cobertura da Igreja do Cemitério de Santa Maria dos Olivais.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 04 - EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NA RUA DO PÉ DA COSTA DE CIMA/BAIXO - Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**-----

Foi presente a informação n.º 5902/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o Plano de Segurança e Saúde, na fase de projeto, e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição aplicáveis à Empreitada de Reconstrução de Habitação na Rua do Pé da Costa de Cima/Baixo.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o Plano de Segurança e Saúde, na fase de projeto, e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, aplicáveis à Empreitada de Reconstrução de Habitação na Rua do Pé da Costa de Cima/Baixo.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 05 - EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NA RUA DE GIL AVÔ - Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**-----

Foi presente a informação n.º 5897/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o Plano de Segurança e Saúde, na fase de projeto, e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição aplicáveis à Empreitada de Reconstrução de Habitação na Rua de Gil Avô.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o Plano de Segurança e Saúde, na fase de projeto, e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, aplicáveis à Empreitada de Reconstrução de Habitação na Rua de Gil Avô.-----



Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 06 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE SABACHEIRA-----**

Foi presente a informação n.º 5972/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de equipamento à Junta de Freguesia de Sabacheira, com o custo de 126,00€.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência do equipamento.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 07 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA E SANTA MARIA DOS OLIVAIS -----**

Foi presente a informação n.º 6014/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de niveladora para reparação do pavimento do campo de futebol do Instituto Politécnico de Tomar, conforme solicitado pela Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder o equipamento, conforme solicitado.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**

**N.º 08 - AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA RUA JOÃO OLIVEIRA CASQUILHO, N.º 41, 1.º ANDAR DIREITO FRENTE – Helena Cristina de Oliveira Gaspar Rodrigues -----**

Foi presente o processo 589/EDIF/DOGT/2013, relativo à vistoria inicial de determinação do estado de conservação do prédio sito na Rua João Oliveira Casquilho, n.º 41, primeiro andar direito frente, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), em nome de Helena Cristina de Oliveira Gaspar Rodrigues, com informações n.ºs 4776/2015 e 4932/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a homologação do auto de vistoria n.º 9/2015, de 20 de março, elaborado pela comissão de vistorias constituída por deliberação de 9 de dezembro de 2014, o qual conclui que a fração apresenta o nível de conservação 4, correspondendo ao estado de conservação BOM.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as supra referidas informações técnicas, deliberou homologar o auto de vistoria n.º 9/2015, de 20 de março, promovendo a audiência prévia dos interessados, na forma escrita, pelo prazo de 10 dias úteis.-----



*[Handwritten signature]*

Mais deliberou que, na ausência de pronúncia, no prazo fixado, a avaliação do estado de conservação se considera definitiva para todos os efeitos legais.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 09 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Pavilhão multiusos – prorrogação do prazo e isenção de taxas – Proc.º 10/2014**-----

Por proposta da Sra. Presidente o assunto foi retirado da reunião, para melhor informação, tendo em conta o teor das informações técnicas que suportam a deliberação tomada a três de agosto de dois mil e quinze sobre assunto idêntico, do mesmo requerente, sendo reagendado na próxima reunião. -----

**N.º 10 - ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES**-----

**REQUERENTE: Ana Cristina Santos Neves Ferreira e Carlos Alberto Santos Ferreira** ---

No seguimento da deliberação de 2 de março de 2015, foi presente o processo n.º 570/2003, relativo à construção de habitação em Vale da Figueira, Freguesia de Carregueiros, em nome de Ana Cristina Santos Neves Ferreira e Carlos Alberto Santos Ferreira, com a informação n.º 1407/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, pelos fundamentos nela constante. ---

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou declarar a caducidade da licença em definitivo.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 11 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES**-----

**REQUERENTE: Maria Diamantina Jesus Oliveira Lourenço**-----

No seguimento da deliberação de 13 de abril de 2015, foi presente o processo n.º 1550/2001, relativo à construção de habitação e certificação de destaque em Covão, Freguesia de Sabacheira, em nome de Maria Diamantina Jesus Oliveira Lourenço, com a informação n.º 1405/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, pelos fundamentos nela constante. ---

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou declarar a caducidade da licença em definitivo.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 12 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES**-----

**REQUERENTE: Rui António Rodrigues Marques**-----

No seguimento da deliberação de 2 de março de 2015, foi presente o processo n.º 1305/2001, relativo a obras de ampliação de um Pavilhão Industrial, sito na Zona Industrial – Lote D,



g. /

União de Freguesias de Madalena e Beselga, em nome de Rui António Rodrigues Marques, com a informação n.º 1404/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, pelos fundamentos nela constante.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou declarar a caducidade da licença em definitivo.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 13 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES**-----

**REQUERENTE: Diamantino Coelho & Filho, SA**-----

No seguimento da deliberação de 31 de agosto de 2015, foi presente o processo n.º 1879/2013, relativo a comunicação prévia de obras de construção nova para indústria tipo 2 (transformação de forragens para fabrico de animais), na Rua C, lote 20 da Zona Industrial de Tomar, União das Freguesias de Madalena e Beselga, em nome de Diamantino Coelho & Filho, SA, com informações n.ºs 4838/2015 e 4847/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade da comunicação prévia, pelos fundamentos nelas constantes.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade em definitivo da comunicação prévia.--

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 14 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES**-----

**REQUERENTE: Carlos Manuel da Silva Ferreira**-----

No seguimento da deliberação de 25 de maio de 2015, foi presente o processo n.º 761/2006, relativo a licenciamento de obras de construção de habitação, na Rua da Escola, Freguesia de Paialvo, em nome de Carlos Manuel da Silva Ferreira, com informações n.ºs 3847/2015 e 5011/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade da licença tutelada pelo alvará de obras de construção n.º 328/2002, pelos fundamentos nelas constantes.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade da licença em definitivo.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 15 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES**-----

**REQUERENTE: Albertino Manuel Marques Costa**-----



Foi presente o processo n.º 381/2010, relativo ao licenciamento administrativo para obras de alteração e ampliação de uma habitação e comunicação prévia para construção de uma piscina, em Carrascal, Freguesia de Paialvo, em nome de Albertino Manuel Marques Costa, com a informação n.º 1431/2015 da Divisão de Gestão do Território, que submete a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, pelos fundamentos nela constante. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou que é sua intenção declarar a caducidade da licença, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

#### **N.º 16 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----**

**REQUERENTE: Raúl José dos Reis**-----

Foi presente o processo n.º 489/2009, relativo ao licenciamento de construção de uma garagem em Peralva, Freguesia de Paialvo, em nome de Raúl José dos Reis, com a informação n.º 1430/2015 da Divisão de Gestão do Território, que submete a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, pelos fundamentos nela constante. ---

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou que é sua intenção declarar a caducidade da licença, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 71º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

#### **DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**

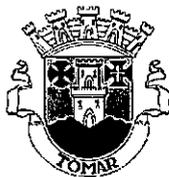
#### **N.º 17 - ACIDENTES RODOVIÁRIOS OCORRIDOS EM AGOSTO E SETEMBRO DE 2015 NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO DE TOMAR -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 1468/2015 da Divisão de Proteção Civil, dando conta dos acidentes que ocorreram nas freguesias rurais do concelho de Tomar, durante os meses de agosto e setembro de 2015.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

#### **UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**

#### **N.º 18 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO EM ATIVIDADES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NO ANO LETIVO 2015/2016 -----**



Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 1301/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, dando conta da calendarização da utilização do autocarro do município para atividades na área da educação, no ano letivo 2015/2016. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:**-----

**N.º 19 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Associação de Patinagem do Ribatejo**-----

Foi presente a informação n.º 1148/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar para visionamento da seleção de patinagem artística, no dia 4 de outubro de 2015, conforme solicitado pela Associação de Patinagem do Ribatejo. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Patinagem do Ribatejo do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 18,75€, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 20 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Associação de Saúde Mental do Médio Tejo**-----

Foi presente a informação n.º 1125/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar para realização de mega aula de ginástica aberta a toda a população, no dia 9 de outubro de 2015, no âmbito do Dia Mundial de Saúde Mental, conforme solicitado pela Associação de Saúde Mental do Médio Tejo. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Saúde Mental do Médio Tejo do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 50€, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 21 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL – Estabelecimento Prisional Militar de Tomar**-----

Foi presente a informação n.º 1214/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da pista de



9

atletismo do Estádio Municipal para realização de prova física de militares, nos dias 27 e 29 de outubro de 2015, conforme solicitado pelo Estabelecimento Prisional Militar de Tomar. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Estabelecimento Prisional Militar de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 16,80€, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 22 - ESTÁGIO NACIONAL DE KRAV MAGA** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente, no seguimento da informação n.º 1242/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização dos balneários do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, no dia 24 de outubro de 2015, no âmbito da realização de estágio nacional de Krav Maga, com a temática de carjacking, bem como a isenção do pagamento das taxas administrativas inerentes à licença de ocupação de espaço público na Praça da República, conforme solicitado pelo Sporting Clube de Tomar.-----

Foi ainda presente a informação n.º 6306/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de estacionamento para o efeito, no parque de estacionamento do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, com o custo de 57,05€.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, dado tratar-se de uma atividade de impacto visual e de promoção de atividade desportiva ainda pouco conhecida, de defesa pessoal, com origem israelita, deliberou isentar o Sporting Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 80,00€, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, e do pagamento das taxas administrativas, no valor de 20,00€, nos termos do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Mais deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a utilização do parque de estacionamento do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, com o custo de 57,05€, ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do regulamento dos Parques de Estacionamento Cobertos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**EXPEDIENTE:**-----

**N.º 23 - TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS (TGR) - Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro**-----



Foi presente, para conhecimento, informação jurídica prestada à RESITEJO pelo Dr. Paulo Pinto Pereira, de Luís Costa & Pinto Pereira Advogados, RL, sobre a Portaria nº. 278/2015, de 11 de setembro, a qual regula o montante da taxa de gestão de resíduos (TGR) a afetar aos municípios e estabelece as regras para a sua liquidação, pagamento e repercussão. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**N.º 24 - FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DO CENTRO/ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO**-----

Foi presente, para conhecimento, a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, de 21 de setembro de 2015, sobre a água adquirida em julho de 2015 e previsão dos volumes a adquirir às empresas Águas do Centro, SA/Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, e EPAL. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**N.º 25 - PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO COMBOIO TURÍSTICO – Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria**-----

Foi presente carta do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria a solicitar a utilização do comboio turístico pelos alunos da EB1 e JI de Pedreira, no âmbito de visita de estudo à cidade, no dia 13 de outubro de 2015.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência de 81 bilhetes para o comboio turístico ao Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria, no valor total de 81,00€.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e vinte minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---

-----  
-----